

EDITORIAL

Alaôr Messias Marques Jr.

Nos seus 11 anos de existência, os Cadernos da Escola do Legislativo têm priorizado, dentro das linhas mestras de interesse do Poder Legislativo, do Estado e da sociedade, a diversidade na escolha dos temas publicados.

Foi essa a nossa intenção ao reunir, neste número 13, que ora entregamos ao público leitor, textos de especialistas e estudiosos de distintas áreas do conhecimento, que tratam, cada qual no seu eixo de reflexão e produção, de temas que trafegam entre a ciência política, o direito, a história e a administração pública.

Ainda que se trate de artigos eminentemente teóricos, buscamos também, ao fazer a seleção, escolher aqueles que estivessem em sintonia com o momento atual, com as

Alaôr Messias Marques Jr. é o atual gerente-geral da Escola do Legislativo

CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

conquistas e os impasses por que passa a sociedade brasileira contemporânea. Nesse sentido, o artigo de Claudio Weber Abramo, ativista da organização não-governamental Transparência Brasil, aborda a inadiável necessidade de transparência na administração pública. Fátima Anastasia, renomada cientista política, trata de tema do mesmo campo, ao ensinar que a alocação dos recursos públicos é, antes de tudo, consequência da aplicação de um princípio político fundamental, o da autoridade democrática.

As eleições municipais de 2004 foram, por seu turno, a fonte inspiradora da proposta do terceiro artigo, de autoria da constitucionalista Maria Coeli Simões Pires, no qual a professora debate as dificuldades jurídico-políticas de implantação de efetivo municipalismo no Brasil e as soluções que têm sido encontradas, nomeadamente o chamado neomunicipalismo ou neolocalismo.

No ano passado, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi palco de intensa movimentação em razão do transcurso dos 40 anos do golpe militar, que gerou, entre outros eventos, o Ciclo de Debates “Resistir sempre – 64 nunca mais” e a exposição audiovisual “1964-1985: a subversão do esquecimento”. Foi esse o ensejo para convidarmos a historiadora Heloisa Bizoca Greco a dar, tanto do ponto de vista da pesquisa quanto da militância política, o seu depoimento sobre a anistia. Os 40 anos do golpe ofereceram, ainda, a oportunidade para que publicássemos, na seção *Documenta*, parte da documentação original do processo de cassação dos deputados estaduais Clodsmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval Bambirra, que se deu em abril de 1964. Soma-se esta às ações de reparação empreendidas pelo Legislativo mineiro, notadamente a Resolução nº 5.144, de 1994, que concedeu reabilitação aos três parlamentares.

Com o historiador Marco Antônio Silveira deixamos as questões contemporâneas para enveredar pelas tortuosas e fascinantes vias da história colonial mineira. O autor chega a conclusões originais, a partir da análise dos mecanismos judiciais de dirimção dos conflitos nas Minas Gerais, e

fornece, paralelamente, instrutivo panorama da administração colonial, especialmente no que tange à sua organização judiciária.

No sexto artigo, José Alcione Bernardes Júnior, técnico do quadro permanente da Assembléia Legislativa, aborda o complexo tema do controle jurisdicional do processo legislativo, utilizando a base teórico-conceitual provida pela teoria sistêmica. O debate encetado pelo autor aciona problema tão importante no exercício da função legislativa quanto pouco estudado pela academia.

As abordagens teóricas desse conjunto multidisciplinar de estudiosos têm, não obstante a diversidade dos campos de estudo e dos temas tratados, um rumo certo. Pensar a sociedade e o Estado no âmbito de uma cultura de problematização e pesquisa, representa, acima de tudo, a prestação de um serviço para a construção da cidadania. Tem sido esse o mais importante estímulo para as atividades da Escola do Legislativo e, especialmente, do seu Núcleo de Estudos e Pesquisas.